



## Vale a pena lutar

### Movimento (d)Eficientes Indignados obtém garantias do governo

O Movimento (d)Eficientes Indignados promoveu uma vigília em São Bento, frente à Assembleia da República, em protesto contra o corte de 30% nos produtos de apoio a deficientes. Estes apoios, essenciais à sobrevivência de muitos deficientes, por lei devem ser universais e gratuitos – fraldas, cadeiras de rodas, sondas, etc. O Movimento exige também que o orçamento de Estado para 2013 reponha os benefícios fiscais, retirados aos deficientes pelo ex-primeiro-ministro José Sócrates.

Em 2/10/2012, primeiro dia da vigília, o governo anunciou um reforço de 2,5 milhões de euros para as ajudas técnicas aos deficientes. Os manifestantes não consideraram isso suficiente e mantiveram a vigília. Após mais de 24 horas de acampamento, ao sol, à chuva e ao frio, pernoitando nas cadeiras de rodas, e três horas de reunião com o secretário de Estado da Segurança Social, receberam a garantia de que «não haverá processos indeferidos por falta de verba». O representante do Governo garantiu a reavaliação dos pedidos de

apoio recusados, a atribuição de uma verba até 4,5 milhões de euros para estes casos e que «daqui para a frente não haverá [para os deficientes] processos indeferidos por falta de verba» na compra de apoios técnicos, próteses, etc.

Ficou estabelecido que o secretário de Estado da Solidariedade comunicará ao ministro das Finanças que «aguardamos resposta até segunda-feira, dia 8, ao mail enviado dia 9 de Setembro, que nunca teve resposta».

Em comunicado de 4/10/2012, o Movimento apela às pessoas com deficiência «para que façam valer os seus direitos e assegurem que estas garantias se verifiquem na prática» e declara que «podem contar com o nosso movimento, tal como até agora, na denúncia de qualquer atropelo ao que ficou estabelecido. Quem teve os seus processos indeferidos por inexistência de verba deve solicitar de imediato a sua aprovação».

O comunicado conclui: «Valeu a pena lutar. Vale sempre a pena lutar.» – 04/10/2012

### Trabalhadores da Lusa marcam vigília no dia 8

A Comissão de Trabalhadores da Lusa foi recebida, dia 3/10, por Miguel Relvas, ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, que confirmou ser intenção do Governo cortar 30% na verba do contrato para 2013 entre o Estado e a agência. Face a esta decisão ministerial, a Comissão de Trabalhadores solicitou aos sindicatos «a emissão imediata de um pré-aviso de greve por tempo indeterminado».

O contrato anterior previa um financiamento anual de 15 milhões de euros e a administração da agência havia apresentado, no início do ano, um plano de reestruturação que previa uma redução de 15% no financiamento da Lusa e a garantia de que não haveria lugar a despedimentos.

Os trabalhadores da agência foram informados hoje numa reunião plenária das intenções do Governo e reagiram rejeitando «liminarmente qualquer redução arbitrária das verbas [...] numa lógica exclusivamente economicista», exigindo ainda que «as verbas para a agência apenas sejam definidas em função do pagamento dos custos em que a empresa incorre pelo serviço público que lhe cabe assegurar».

O plenário adoptou esta decisão por unanimidade e mandou o Sindicato dos Jornalistas, a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Redacção para «solicitarem audiências com carácter de urgência ao Presidente da República, à presidente da Assembleia da República, ao ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ao ministro das Finanças, à Comissão parlamentar de Ética, Sociedade e Comunicação e aos grupos parlamentares para lhes expor as posições dos trabalhadores da Lusa».

No ano passado, a agência apresentou lucros de 2,7 milhões de euros, mas foi impedida pela tutela de distribuir dividendos. Desse valor, acabou por provisionar cerca de 2 milhões de euros. Os maiores accionistas da Lusa são o Estado (50,14%), a Controlinveste (23,36%) e a Impresa (22,35%).

Ficou marcada para segunda-feira, 8/10, «uma vigília à porta da sede da agência, convidando a comunicação social, nacional e estrangeira a estar presente» e um novo plenário no próximo dia 9, «para fazer o ponto da situação e marcar datas da greve dos trabalhadores da Lusa». — LA, RVP, 05/10/2012 —

Fontes: Correio da Manhã e Público.

#### editorial

### Censura, manipulação e propaganda nos meios de comunicação social

Há um ano, quando se falava em censura nos jornais, as pessoas torciam o nariz, não acreditavam. Mesmo sendo público que uma jornalista fora suspensa da agência Lusa por não aceitar uma informação não confirmada de um assessor do primeiro-ministro, então José Sócrates.

Depois começaram a acontecer mais coisas: um programa de rádio cancelado e cinco opinadores

despedidos no canal público Antena-1; uma jornalista do Público chantageada, ameaçada e forçada à demissão pelo ministro Miguel Relvas; uma Entidade Reguladora da Comunicação que nega a gravidade dos factos, mas depois um dos seus elementos vem queixar-se das mesmas pressões.

As pessoas também começaram a reparar que notícias do estrangeiro que belisquem o poder, como o movimento Occupy nos Estados Unidos ou a luta dos estudantes do Québec, ou ainda a ousadia da Islândia ao suspender o pagamento da dívida e criar uma nova constituição, tudo isso só era noticiado

quando havia confrontos que metiam polícia – e portanto metiam medo.

Começou também a descobrir-se que os desactos em manifestações – cá em Portugal – eram provocados por agentes da polícia infiltrados. Está provado, mas só o sabe quem procura na Internet, porque os média comerciais sempre o omitiram. Censuraram.

Esses mesmos média procuram descaradamente criminalizar alguns movimentos apelidados de «anarquistas» – palavra que inexplicavelmente adquiriu uma conotação violenta – quando os ditos

(continuado do editorial)

grupos são pacifistas. Exemplos dessas mentiras podem ser encontrados nos sites de Gaia e RDA. Mas nenhum desmentido foi publicado nos jornais que as publicaram.

Com a derrocada de prestígio do governo de Passos Coelho a partir do momento em que Miguel Relvas se tornou a anedota nacional da silly season, começou a ser cada mais evidente que os meios de comunicação – e em particular as televisões – obedecem caninamente à voz do dono. Seja o dono estatal ou empresarial.

Por exemplo, no dia 13 de Setembro, à hora a que o primeiro-ministro anunciava na televisão o pacote de austeridade da TSU, tinha uma manifestação sindical à porta, que a comunicação social



ostensivamente ignorou. Um dos cartazes dizia: «E os roubados não são entrevistados?»

A propaganda dos governos é uma máquina oleada na perfeição, com uma agenda ideológica definida e matraqueada a todas as horas por um exército de jornalistas, comentadores e animadores. Mas – apesar da eficácia destes assessores e publicistas ao serviço dos poderes – a mediocridade e a malignidade dos governantes começou a corroer a credibilidade da sua máquina de propaganda.

A maior parte dos meios de comunicação dão a mesma notícia, com ligeiras adaptações (ou cortes) editoriais. Essa notícia sempre igual provém da agência Lusa – a grande máquina de informação nacional. Aparentemente já não há jornalistas que vão ao local e investigam os factos, de bloco de notas em punho. Os jornalistas de hoje trabalham sentados.

Hoje temos mais razões para desconfiar da palavra de qualquer jornalista do que para crer que nos dá – como obriga o seu código deontológico – informações credíveis, completas e imparciais.

Por tudo isto, quando os trabalhadores da Lusa ameaçam fazer greve devido a cortes orçamentais, embora possam contar desde já com a nossa solidariedade, não podemos deixar de lhes perguntar: onde estavam vocês quando os outros trabalhadores precisaram de ser ouvidos?

É fácil verificar que os movimentos sociais e em particular os que defendem os trabalhadores não têm quase expressão ou acesso aos meios de comunicação

social principais. Quando uma greve é noticiada, os jornalistas assumem sempre o ponto de vista do poder ou o do cidadão lesado; raramente expõem os motivos que levam os trabalhadores à greve. Mas é esse o «porquê» de se fazer a greve.

O b-a-ba da informação jornalística, que todos aprendemos na escola, consiste em dizer o quê, o quem, o quando, o onde, o como e o porquê. Os jornalistas de hoje parece que esqueceram os porquês. A maioria dos jornalistas aboliu estes princípios simples para dar prioridade aos princípios do marketing político e da propaganda. Por isso uma das coisas que raramente vemos nos jornais e na televisão é o famoso contraditório. Existe até um programa de debate televisivo que devia ouvir os «Prós e Contras» dos problemas sociais e já só ouve os prós, como se viu na passada semana com o tema «manifestações e forças policiais», onde só estas últimas estavam representadas.

Esta máquina de propaganda caracteriza-se, muito simplesmente, por afirmar por palavras tudo o que os actos negam. É aquilo que Orwell chamou «novilíngua» no seu romance 1984 – a língua onde tudo significa o seu contrário. Um autêntico dicionário de mentiras. Uma fabricação virtual do real inexistente. Uma farsa. Uma fraude.

Ora, o que é que os meios de comunicação social não nos querem dizer? Tudo o que tenha a ver com as acções dos cidadãos e dos trabalhadores que possam incomodar o poder político ou empresarial. Tudo o que não venha de cima, mas venha da sociedade. E hoje – como todos sabemos – os de baixo têm muitos motivos para se manifestarem contra os de cima.

É isso – dar exclusivamente as notícias que respeitam aos movimentos sociais – que este jornal tem por missão fazer. É isso que nos distingue. É esse o nosso caminho, que ainda agora começou. Mas como não podemos ir a todo lado, pedimos aos cidadãos e aos trabalhadores que nos enviem as suas notícias, que procuraremos publicar com a maior fidelidade.

Queremos que *A Folha* sirva para que os movimentos sociais sejam mutuamente visíveis e não se sintam isolados na sua luta pela sobrevivência. Contra o silêncio e contra a mentira. – 7/10/2012

## Milhares de soldados cercam São Bento

Uma acção de protesto com soldadinhos de plástico ocorreu no passado domingo, dia 30 de Setembro, frente à Assembleia da República. Tendo como lema a frase de Salgueiro Maia «Somos todos capitães», este evento simbólico foi organizado pelo Colectivo Negativo, grupo de intervenção artística, e convocada via facebook.

02/10/2012



## Breves e resumos

### Alunos do Instituto Superior Técnico apu- pam ministro da Educação

O ministro da Educação, Nuno Crato, foi recebido ontem com protestos dos estudantes no Instituto Superior Técnico, onde presidiu a uma cerimónia que premiava o desenvolvimento da ciência em Portugal. Os manifestantes protestavam contra os aumentos dos passes escolares, das propinas, dos preços nas cantinas, e contra os cortes na Acção Social Escolar – factores que estão a obrigar muitos alunos a deixar a universidade. – 03/10/2012

### População e trabalhadores juntos contra privatização dos estaleiros de Viana do Cas- telo

Mais de 2.000 trabalhadores e reformados dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), bem como população da cidade, saíram à rua, na maior manifestação de sempre, protestando contra a privatização da empresa. A comissão de trabalhadores dos ENVC acusa o ministro da Defesa de arruinar a empresa, depois de revogado o contrato de 2004 para reequipamento da Marinha, no valor de cerca de 400 milhões de euros. – 02/10/2012

### Trabalhadores do lixo de Lisboa reclamam condições de trabalho

Trabalhadores municipais da limpeza urbana de Lisboa queixam-se da falta de condições de trabalho e alertam que os munícipes poderão vir a pagar mais taxas se os serviços forem privatizados. – 02/10/2012

### Greve dos maquinistas dos comboios ao trabalho extraordinário até final de Outubro

O Sindicato dos Maquinistas comunica que os trabalhadores entram em greve à prestação de trabalho extraordinário, de 1 até 31/10/2012, incluindo os dias de descanso semanal e os feriados. Os trabalhadores só aceitarão horários de trabalho nas escalas de serviço a que estão afectos. – 01/10/2012

### Ordem dos Médicos contra «perverso racionamento» dos medicamentos. Plataforma Cidadã contra política de eutanásia

A Ordem dos Médicos, em comunicado de 28/09/2012, classifica de «perverso» o parecer sobre racionamento em Saúde, encomendado pelo Ministério da Saúde, e declara que este não contou com a audição da Ordem dos Médicos. O Conselho Nacional Executivo da Ordem decidiu solicitar a abertura de um processo de averiguação aos médicos que assinaram o parecer do CNECV.

A Plataforma Cidadã de Resistência à Destruição do SNS repudia o parecer emitido pelo Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida relativamente à afectação de recursos para doentes de cancro, HIV e doenças reumáticas, considerando que as suas conclusões «conduzem a uma política de eutanásia forçada para estes doentes, justificada por um suposto imperativo financeiro de austeridade»; o que é «eticamente repugnante e inequivocamente inconstitucional», correspondendo a «uma pouco dissimulada política de eugenia, onde apenas os mais favorecidos economicamente terão o direito de tentar a todo o custo prolongar a sua vida com alguma qualidade». – 29/09/2012